

Recomendação

Em defesa da CARRIS, do Serviço Público de Transportes, dos Direitos dos Trabalhadores

A CARRIS, como qualquer empresa de transportes públicos, necessita de financiamento público, com a cobertura de uma parte das suas despesas operacionais por parte da administração central do Estado, como é exemplo o PART, mas também por via de fundos europeus a que a empresa decida candidatar-se. Os recursos financeiros de que a empresa dispõe devem concorrer para a construção de um sistema de transportes públicos de qualidade, que convide e promova o abandono do meio de transporte individual.

Tal como refere a Recomendação *“Melhorar o Serviço prestado pela Carris na Cidade de Lisboa”*, apresentada pelo PCP e aprovada por larga maioria da Assembleia Municipal em 30 de Janeiro de 2024, este caminho constrói-se apostando numa rede de transportes de qualidade, melhorando as diversas dimensões que a compõe, seja através do aumento das carreiras, seja pelo melhoramento dos sistemas de informação, pela renovação e alargamento da frota, permitindo que se consigam obter tantos outros benefícios, como a acalmia do tráfego rodoviário na cidade, um ambiente mais sadio e vantajoso do ponto vista ambiental.

Este preceito não se concretiza, contudo, à margem do necessário investimento nas condições de trabalho de quem está na linha da frente na prestação do serviço público de transporte e dos meios para que essa prestação de serviço efectivamente se faça.

A decisão recente do Executivo da CML de reforçar o apoio à WebSummit em 4 milhões de euros, retirando nessa alteração orçamental os mesmos 4 milhões à CARRIS (estando prevista para 2024, uma redução de mais de 19 milhões de euros, na despesa total), colide directamente com a necessidade de reforço financeiro que a empresa de transportes precisa, e a Recomendação da AML do início deste ano relembrou à CML. Apenas como exemplo, os referidos 4 milhões seriam suficientes

para uma actualização salarial, ainda este ano, em mais 109€ para cada trabalhador quer da CARRIS quer da CarrisBus.

Os trabalhadores da Carris e seus representantes sindicais estiveram, mais uma vez, no passado dia 14 de de Novembro na Praça do Município reivindicando a melhoria das condições da Carris mostrando o seu desagrado por esta retirada de 4 milhões de euros previstos para investimento no serviço público de transporte, transferindo-os para a Web Summit.

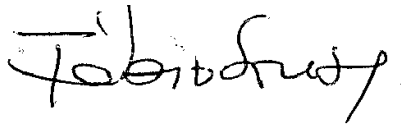
Tendo em conta que, para além dos resultados positivos dos últimos anos, o Conselho de Administração prevê, para 2024, obter um resultado líquido positivo de 1,2 milhões de euros, é fundamental que a CML tome as medidas necessárias para dar resposta aos problemas da CARRIS, investindo em meios físicos e humanos, e não depauperando a condição financeira da empresa.

Assim, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião realizada no dia 19 de Novembro de 2024, delibere recomendar que a Câmara Municipal de Lisboa:

1. Dê resposta às reivindicações dos trabalhadores da CARRIS, nomeadamente relativamente ao aumento de salários, à redução progressiva para as 35 horas semanais e ao aumento dos dias de férias, à fixação de serviços seguidos aos fins de semana, à prevenção de riscos profissionais e respectivas compensações, à atribuição do passe metropolitano aos trabalhadores, sanitários públicos necessários, entre outras;
2. Tome medidas para melhorar e aumentar a rede de carreiras e horários, também no período nocturno e aos fins de semana, melhorando a qualidade, segurança e conforto da viagem;
3. Proceda à reparação dos sistemas de informação aos utentes nas paragens e melhorando os diferentes meios de informação aos utentes da CARRIS bem como tomar medidas no sentido de ser francamente melhorada a acessibilidade e deslocação das pessoas com mobilidade reduzida na entrada, saída e interior dos veículos;

4. Amplie as faixas "BUS" com o objectivo do aperfeiçoamento de um modelo municipal de atendimento às carreiras essenciais do transporte público rodoviário, continuando a promover e a dinamizar a crescente utilização de combustíveis menos poluentes ou modos energéticos ainda mais amigos do ambiente em toda a frota;
5. Remeter a presente recomendação para os grupos parlamentares, Ministra do Ambiente e Energia, Ministro das Infraestruturas e Habitação, Conselho Metropolitano de Lisboa, Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa, CGTP-IN, Comissão de Trabalhadores da CARRIS e redacção da Agência Noticiosa Nacional – LUSA.

O Deputado Municipal do PCP



- Fábio Sousa -